PRIVAÇÕES DE CONSUMO INFANTIL NA POBREZA RELATIVA

Autoria

Mayara Muniz de Oliveira - mayaramunizoliveira@gmail.com
CAD/Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

FAFIC/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras

Rita de Cássia de Faria Pereira - rita_faria@yahoo.com
Programa de Pós Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes

Resumo

O objetivo do artigo é analisar as privações de consumo infantil na pobreza relativa, entendendo seu contexto e implicações. Na pesquisa empírica foram entrevistados 46 indivíduos (23 crianças e seus respectivos responsáveis). Na coleta de dados também foi empregada a técnica projetista de produção de desenhos pela criança como suporte na realização das entrevistas. Os resultados indicam que as crianças sofrem privações relacionadas a bens e serviços essenciais como saúde, educação e habitação e supérfluos como entretenimento e brinquedos. Em decorrência de tais privações as crianças sofrem consequências emocionais e sociais, enfrentadas por meio da reorientação emocional.
Palavras-chave: Pobreza. Privação de Consumo. Consumo Infantil.

PRIVAÇÕES DE CONSUMO INFANTIL NA POBREZA RELATIVA

RESUMO
O objetivo do artigo é analisar as privações de consumo infantil na pobreza relativa, entendendo seu contexto e implicações. Na pesquisa empírica foram entrevistados 46 indivíduos (23 crianças e seus respectivos responsáveis). Na coleta de dados também foi empregada a técnica projetista de produção de desenhos pela criança como suporte na realização das entrevistas. Os resultados indicam que as crianças sofrem privações relacionadas a bens e serviços essenciais como saúde, educação e habitação e supérfluos como entretenimento e brinquedos. Em decorrência de tais privações as crianças sofrem consequências emocionais e sociais, enfrentadas por meio da reorientação emocional.
Palavras-chave: Pobreza. Privação de Consumo. Consumo Infantil.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um conceito amplamente utilizado e significativo em todos os países do mundo. Trata-se de não ter o que é necessário à sobrevivência e representa, portanto, um estado de carência e privação vivenciado por pessoas e famílias que não tem recursos necessários para uma vida digna em sociedade (ROCHA, 2005). A Paraíba, estado onde a pesquisa foi realizada, tem o sétimo menor rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* do Brasil e ocupa a quinta colocação no ranking de pobreza no Nordeste.

A pobreza relativa é enfrentada por uma parcela da população que tem condições de realizar gastos no mercado, porém sofre diversas privações de consumo. Nesse nível da pobreza às pessoas têm menos do que outras pessoas na mesma sociedade. O conceito de pobreza relativa vai ao encontro do conceito de privação material que corresponde à insuficiência de bens necessários à sobrevivência, mas também de bens e serviços importantes à vida em sociedade (HUSTON, 2011). O presente estudo investigou as privações materiais de consumo infantil no âmbito na pobreza relativa.

Especificamente com relação aos estudos sobre o comportamento de consumo infantil, geralmente são realizados junto a crianças de classe média, deixando uma lacuna sobre as crianças das classes de baixa renda, que sofrem fortes restrições orçamentárias dos pais (BLOCKER *et al.* 2013). Uma boa parte do trabalho que tem sido realizado na área de consumo infantil nas últimas duas décadas tem sido desenvolvida por sociólogos, historiadores, educadores, escolas e departamentos de comunicação para quem o impulso de condução central está focado em algo diferente do que conceituar e problematizar as crianças e suas infâncias (COOK, 2013). Em face disso, nota-se, aqui, uma lacuna nos estudos desenvolvidos na área de marketing. Nessa pesquisa foi investigado o aspecto da pobreza em conformidade com o pensamento de Huston (2011), de que a pobreza deve ser definida e medida tendo em conta não só a sua dimensão puramente econômica, mas também seus aspectos material, cultural e social.

Como contribuições teóricas do estudo, podemos apontar que esta pesquisa aborda as privações materiais da criança em contexto de pobreza fornecendo uma nova análise do impacto da pobreza e as restrições sobre o bem-estar do consumidor infantil. O estudo pode contribuir de forma significativa para futuras pesquisas sobre este tema, tendo em vista a preencher as lacunas ainda existentes nas pesquisas da área de marketing que abordem o comportamento do consumidor infantil, mais especificamente a criança em contexto de pobreza. Além da privação em si, também são evidenciadas suas implicações e estratégias de enfrentamento. Por fim, espera-se que os conhecimentos gerados nesta pesquisa possam contribuir para discussões no campo de subsistência, bem como para a definição de políticas públicas que ajudem a amenizar a pobreza e seus impactos sobre a vida das crianças.

Este artigo está organizado da seguinte forma: o referencial teórico abordando os

conceitos de pobreza e privação de consumo e uma discussão sobre o consumo infantil em contexto de pobreza. Em seguida são tratados os procedimentos metodológicos da pesquisa e análise e conclusão dos dados.

2 POBREZA E PRIVAÇÕES DE CONSUMO

Os pobres são pessoas, famílias e grupos de pessoas que por terem recursos limitados são excluídos do modo de vida minimamente aceitável nos países em que vivem (HUSTON, 2011). Segundo o Banco Mundial uma pessoa pode ser considerada pobre se seu nível de renda ou seu consumo não é suficiente para suas necessidades básicas, esse nível é denominado linha de pobreza (KOTLER; LEE, 2009). A linha de pobreza é um valor real constante, abaixo do qual as pessoas são ditas a ser pobres. Abaixo da linha de pobreza, está uma população carente, em muitos casos de alimentação e muitos são associados à linha de indigência ou à pobreza extrema (ROCHA, 2005).

Considerando o conceito de linha de pobreza, o Banco Mundial descreve e distingue três níveis de pobreza: pobreza extrema, pobreza moderada e pobreza relativa. Na **pobreza extrema**, as famílias não conseguem suprir as necessidades básicas, não têm acesso a cuidados de saúde, saneamento e não tem condições de proporcionar a educação de alguns ou de todos os membros da família e em muitos casos não dispõem de moradia (KOTLER; LEE, 2009). Na **pobreza moderada**, as pessoas não têm acesso à saúde e educação para suprir suas necessidades básicas. Nesse nível da pobreza, a perda de emprego ou aumento da inflação pode fazê-los cair no nível de pobreza extrema (KOTLER; LEE, 2009). A **pobreza relativa** caracteriza a pobreza a partir de limites de uma determinada percentagem de renda ou consumo mediano (MAYER; SULLIVAN, 2012).

A pobreza advém da desvantagem, evidenciada pela baixa renda e consequente restrição no consumo de bens e serviços essenciais como saúde, educação e habitação, entre outros. Um estado de privação em que as pessoas não dispõem de oportunidades para trabalhar, para viver uma vida saudável e segura, de aprender e de viver uma aposentadoria segura são indicadores de desvantagem (ULLAH; SHAH, 2014). Neste contexto, a privação material corresponde à insuficiência de moradia, educação, alimentação e atendimento médico de forma adequada, assim como bens e serviços que são considerados indispensáveis à vida em sociedade (HUSTON, 2011).

3 CONSUMO INFANTIL EM CONTEXTO DE POBREZA

O consumo é uma inevitável conexão da criança com outros aspectos, incluindo as relações entre pares, onde os objetos de consumo fazem parte de sua identidade e que, em suas brincadeiras, ocorre ativamente uma apropriação deles, fazendo seus próprios julgamentos e combinações (RUCKENSTEIN, 2010). A criança em contexto de pobreza relativa sofre privações de consumo em decorrência da renda familiar. Elas têm acesso à saúde, educação e habitação, porém de forma insatisfatória, como também, são privadas de adquirir bens que são considerados importantes na sociedade em que vivem como, por exemplo, produtos tecnológicos, brinquedos e roupas que são importantes para a criança, e ainda, para acessão social (HOUSTON, 2011). Nessa pesquisa investigou-se o consumo de bens e serviços considerados importantes para a criança em contexto social, tais como saúde, educação, habitação, alimento, vestuário e entretenimento.

Crianças em situação de pobreza quando não estão em ambiente escolar, ficam em casa enquanto seus pais saem para trabalhar e estes, não dispõem de recursos suficientes para que seus filhos realizem atividades extracurriculares. A vida de crianças em famílias pobres é mais informalmente organizada, pois elas vivem em um ritmo mais relaxado, em comparação ao ritmo frenético de outras crianças de famílias que dispõem de recursos para mantê-los em atividades, como: aula de música, esportes e artes, teatro, dentre outras (LAREAU, 2000).

As crianças pobres sofrem de problemas emocionais e de comportamento em decorrência de suas privações de consumo, tais como ansiedade, isolamento social e depressão. Estudos como o de Gunn e Duncan (1997) demonstram que problemas emocionais podem estar associados com a pobreza da família.

O comportamento do consumidor empobrecido é apresentado por Hill e Stephens (1997), com três características relacionadas. Em primeiro lugar, os consumidores pobres enfrentam **restrições financeiras** significativas que limitam a sua capacidade de adquirir bens e serviços necessários e atender seus desejos. Em segundo lugar, as **consequências** dessas restrições normalmente são negativas, incluindo separação e alienação da cultura de consumo da classe média, sentimento de perda de controle sobre os aspectos de consumo de suas vidas, e problemas de saúde mental e física. As consequências dessas restrições são negativas e as respostas são reações emocionais como raiva, vergonha ou humilhação (HILL; STEPHENS, 1997). A raiva em tais situações pode ser uma reação dos consumidores empobrecidos e uma adaptação a esta forma de privação (HILL, 2001a). Em terceiro lugar, os consumidores pobres respondem a essas consequências com **estratégias de enfrentamento** emocional e comportamental, como se engajar em atividades legais e ilegais com o propósito de adquirir renda ou produtos desejados.

4 MÉTODO

4.1 Procedimentos de Coletas dos Dados

Optou-se por uma pesquisa qualitativa com crianças em situação de pobreza relativa e seu respectivo responsável, considerando os seguintes critérios:

(1) Classe socioeconômica. Quando em situação de pobreza relativa as famílias têm nível de renda abaixo da proporção da renda nacional. Por isso foi considerado como limite de renda para essa pesquisa o rendimento mensal domiciliar *per capita* do Estado, que corresponde a R$ 682,00 (IBGE, 2014).

(2) Idade. Considerando que as capacidades relacionadas à tomada de decisão desenvolvidas pelas crianças, assim como avaliação de produtos e suas alternativas, ocorrem aproximadamente entre 7 e 8 anos (VALKENBURG; CANTOR, 2001), definiu-se que as crianças a serem entrevistadas deveriam ter de 8 a 12 anos de idade.

(3) Contexto e responsável. Para efeitos de melhor homogeneidade da amostra com relação à faixa de pobreza optou-se por entrevistar crianças que estivessem matriculadas em escolas públicas. Adicionalmente, definiu-se que o responsável a ser entrevistado seria a pessoa que tinha relação mais próxima com a criança como pais, mães ou avós.

Ao final da pesquisa foram entrevistadas 23 crianças e seus respectivos responsáveis. Os respondentes residem nas cidades de Cajazeiras, Sousa e João Pessoa no Estado da Paraíba com renda média *per capita* domiciliar de R$ 231,35.

Para a coleta de dados foram utilizadas a técnica projetista, por meio da realização de um desenho pela criança, e a entrevista em profundidade. As famílias eram contatadas pessoalmente e por meio de contatos em escolas públicas da rede municipal e estadual de ensino com a finalidade de saber se as mesmas atendiam aos critérios da pesquisa e se havia a disponibilidade de participar da pesquisa. O responsável pela criança era informado de como ocorreria a entrevista e após a leitura e assinatura do termo de consentimento, a entrevista era iniciada com a criança.

A princípio era solicitado que a criança elaborasse um desenho que tivesse como tema "ir às compras". Em seguida, solicitou-se que elas desenhassem itens que comprariam, caso estivessem em um passeio. Depois, a entrevista em profundidade era então iniciada com a criança a partir de um roteiro semiestruturado elaborado com base na literatura. Após a realização da entrevista com a criança, era realizada entrevista com o seu responsável. As entrevistas foram realizadas no período de 30 de junho a 15 de agosto de 2015. Os áudios

foram gravados com consentimento dos entrevistados e totalizaram 27 horas e 22 minutos de depoimentos.

4.2 Procedimentos de Análise dos Dados

Seguindo o pensamento de Vinter (1999), utilizou-se a análise orientada para o produto para a análise dos dados visuais produzidos pelas crianças. Essa técnica consiste na análise apenas do que está escrito ou desenhado no papel. Assim, foram verificadas as informações que apareciam nos desenhos, para que, conjuntamente a entrevista, fossem identificados itens de privação desejados pelas crianças. Após as entrevistas, foi realizada a transcrição das gravações. Os dados coletados nas entrevistas realizadas com as crianças e responsáveis foram analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2007).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Privações de Consumo na Infância

Pessoas pobres tendem a ter **saúde** comprometida, pois em decorrência da falta de renda familiar e incapacidade do governo de oferecer o atendimento adequado, essas pessoas não têm cuidados básicos com a saúde física e mental (ULLAH; SHAH, 2014). Isso apareceu nos relatos dos responsáveis 05, 09, 16 e 19, que apontaram certa variabilidade no atendimento de saúde a eles prestado: "...**é por dia, tem vez que quando a pessoa precisa tem médico tem remédio e tem dia que não tem nada**" (R10).

Um exemplo dessa situação foi dado pela Responsável 09, que necessitava de acompanhamento psicológico para o filho como tentativa de minimizar as consequências do contexto familiar pesaroso que vive, mas não tinha acesso. A responsável relatou ter procurado a secretaria de saúde do município e o Programa de Saúde da Família, porém os órgãos contatados, mesmo sendo de sua competência, não mostraram uma solução para que a criança continuasse o tratamento e até a data da entrevista a criança aguardava uma vaga para que retomasse o tratamento.

Em relação à saúde todas as crianças sofrem privações, como a falta de atendimento em hospitais, acompanhamento médico e medicamentos. Em alguns casos os responsáveis mostram que o atendimento à saúde foi satisfatório, mas em certos momentos ele foi falho ou faltou algo. Esse tipo de privação ocorre pela assistência precária do sistema de saúde público e pela falta de renda familiar que impossibilita essas famílias de procurarem atendimento médico no sistema privado (BLOCKER *et al.* 2013).

A **educação** infantil é de grande importância na superação da pobreza, como também, contribui para o desenvolvimento social e econômico. As privações materiais relacionadas à educação correspondem ao atendimento escolar de forma inadequada, uma vez que a educação oferecida a essas crianças não é de boa qualidade, ou não ocorre de forma satisfatória para o seu desenvolvimento (HUSTON, 2011). Para além do conteúdo da educação pública, os entrevistados apontaram a baixa qualidade da alimentação oferecida na escola. Pessoas que vivem na pobreza, frequentemente recorrem à alimentação oferecida na escola para suprir as necessidades dos filhos. Os responsáveis 16 e 19 afirmam que a alimentação das crianças da família é complementada pela merenda escolar, o que também foi apontado por algumas crianças (01 e 08). Outro aspecto citado foi a localização das escolas de seus filhos próxima as suas residências (11, 12, 14, 17 e 20). Como apontou um entrevistado "a escola eu acho boa porque é perto de casa [...] (R20).

Atividades extracurriculares realizadas com o intuito de aprimoramento da educação e desenvolvimento de habilidades da criança não são ofertadas à maioria das crianças. Apenas as crianças 07, 12 e 18 realizam atividades extras como: aula de música, reforço escolar, karaté e aulas de jogos. As crianças 05, 17, 20, 21 e 22 afirmam que atividades como balé e

música já foram desenvolvidas, mas atualmente não são mais ofertadas em decorrência da falta de recursos financeiros nas escolas da rede pública. Para crianças de famílias pobres essas atividades são de significativa importância, pois sua vida tende a girar em torno de brincadeiras informais e de tempo ocioso. Os achados confirmam que crianças pobres, quando não estão na escola, ficam em casa enquanto seus pais saem para trabalhar e em decorrência da falta de renda familiar, seus pais não têm recursos para pagar atividades extras para seus filhos (LAREAU, 2000).

Com relação à **habitação,** a privação material foi relatada mais vezes pelas crianças, que apontaram a falta de segurança e conforto, mostrando assim, que muitas famílias residem em casas danificadas, sem segurança e localizadas em bairros marcados pela criminalidade. Apenas as crianças 15 e 19 e seus responsáveis ressaltaram a precariedade de seus lares. Outro fato a ser observado é que para os responsáveis o fato de não pagar aluguel já torna a moradia adequada, mesmo diante de problemas estruturais. Outros entrevistados também relatam a falta de segurança em suas residências.

O problema habitacional se destaca pela falta de casas apropriadas. A falta de habitação a preço acessível e a falta de renda para pagar por moradia digna faz com que muitas famílias morem em periferias, áreas de risco, de difícil acesso e sem infraestrutura, como é o caso das famílias participantes dessa pesquisa. Além da localização geográfica ruim, a falta de qualidade na habitação foi relatada por crianças de todas as cidades pesquisadas.

Em relação a **alimentação**, Romanelli (2006, p. 336) explica que a dieta da população pobre é monotonamente repetida e os alimentos são classificados entre os que são comida e os que não são. O arroz, o feijão e a carne aparecem como "alimentos 'fortes' que sustentam e se contrapõem a verduras, legumes, frutas que servem para "tapear" e são indicados no diminutivo como 'coisinhas', 'saladinhas', 'verdurinhas' que não enchem barriga". Essa realidade apareceu em alguns discursos: "**arroz, feijão e frango. É o que tem lá em casa"** (C01). "**Eu como bem arroz, carne, macarrão, essas coisas"** (C16). [...] **aqui em casa falta carne**, tem dia que não tem **fruta** eu também gosto de comer, mas minha avó diz que **o dinheiro não dá para comprar** (C13).

A vontade de consumir itens relacionados à alimentação foi expressa pelas crianças nos desenhos realizados antes das entrevistas (Figura 1). A Criança 09 desenhou frutas e explicou que são itens que gosta de comer e que muitas vezes falta, tendo a responsável (R09) pela criança confirmado a carência desses itens na alimentação diária da família.

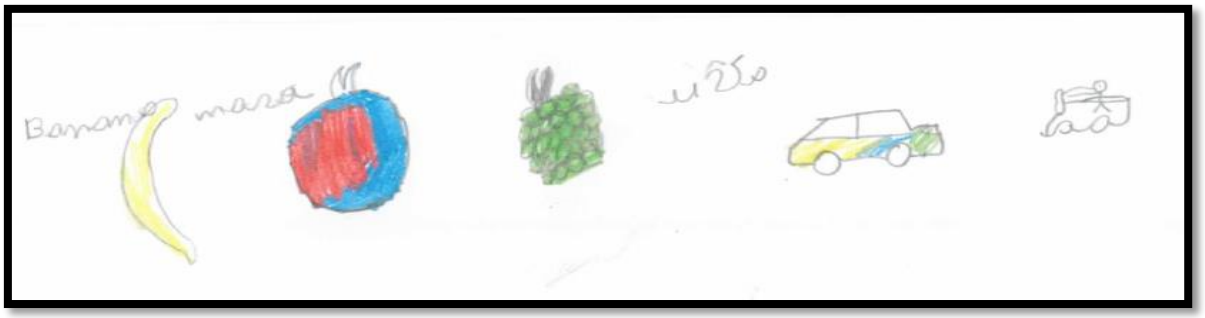

Figura 1. Desenho da Criança 09

Mesmo afirmando a falta de itens importantes na alimentação como verduras e frutas, os responsáveis não confirmam as privações de consumo relacionadas à alimentação. Nas falas foi possível observar que quando se tem o "básico", independente da qualidade, já é o suficiente. Ou seja, viu-se que as famílias pesquisadas têm de fato acesso à alimentação, porém notou-se que, em decorrência da falta de recursos financeiros, faltam alimentos adequados às necessidades nutricionais infantis, como carnes, legumes e frutas.

Assim como a saúde, educação, habitação e alimentação, vestir também é caracterizado como uma necessidade básica da criança. A Criança 10 diz que não compra roupa com frequência, mas que quando compra são roupas baratas, pois seus pais não dispõem de muito dinheiro. Como explica a Criança 11: "**ela (mãe) compra roupa barata, não é nada de marca nem caro não".**

Na Figura 2 o desenho da Criança 23 também mostra a vontade de comprar roupas. A criança explica o desenho "se minha mãe e meu pai dissesse que eu podia comprar tudo o que eu queria, eu queria comprar a casa da poli que eu vi na TV, um celular para brincar com minhas amigas e **um vestido de bolinha**" (C23). O responsável 23 afirma "[...] roupa ela já tem [...] **só o básico mesmo**, não estou podendo comprar essas coisas não".

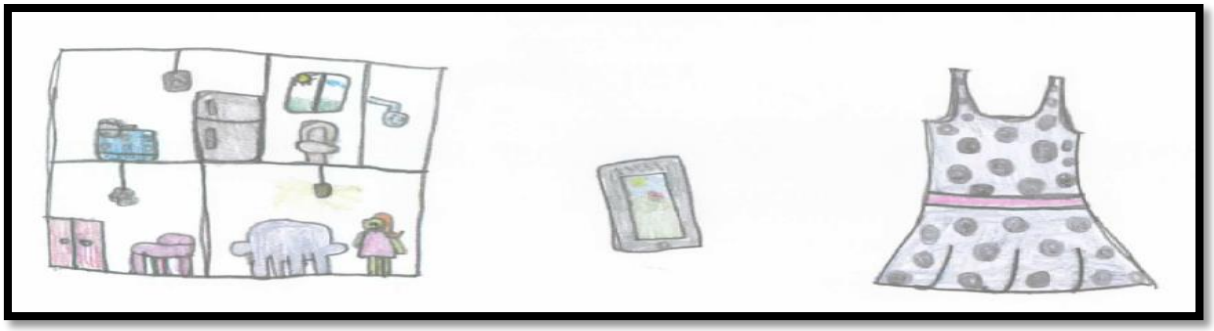

Figura 2. Desenho da Criança 23

Algumas crianças em que famílias não têm condições de comprar roupa, as necessidades de vestimenta são atendidas pela ajuda de outras pessoas. Em situação de pobreza as pessoas buscam recursos por meio da generosidade de outras pessoas da família e de amigos em situação financeira mais favorável (HILL, 2002a).

> ... **tem muitas roupas que eu ganho de minha prima**, **minha tia,** eu gosto das coisas que elas me dão (C05).
> [...] tem **uma mulher que minha avó faz faxina na casa dela que ela sempre traz roupa e brinquedo usado** [...] (C13).
> **Eu sempre recebo roupa da mulher que é amiga de minha avó**, quando ela não quer mais roupa ela traz (C22).

Quanto ao **entretenimento** a literatura explica que as pessoas relativamente pobres não têm acesso a recreação e diversão (MAYER; SULLIVAN, 2012). Esse estudo, buscou identificar como são as formas de entretenimento das crianças de famílias pobres e ainda, se durante os momentos de diversão à criança sente vontade de consumir algo. No desenho da Criança 14 aparecem, além das roupas, brinquedos e celular, um parque de diversões. A criança explica que o passeio no parque seria um dos itens que ela compraria: [...] **aqui em cima é o parque que eu vou com seus irmãos pra gente brincar nos brinquedos** (C14).

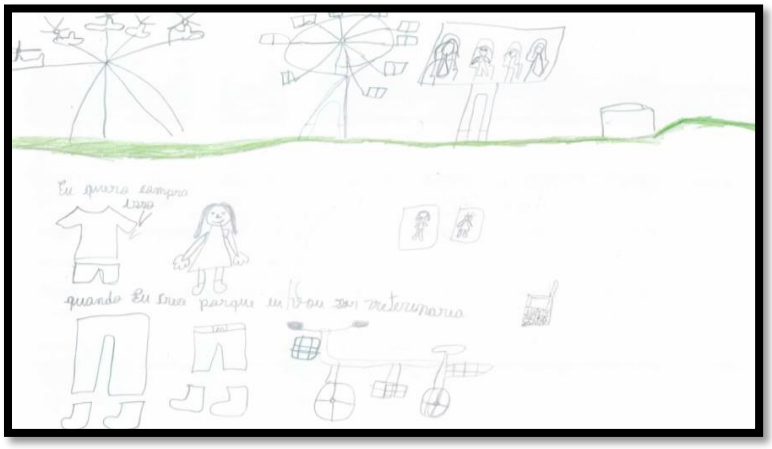

Figura 3. Desenho da Criança 14

Acerca dos momentos de recreação e diversão as crianças afirmavam que seus passeios são restritos a casas de familiares, praças, escola, igreja e locais de compra como supermercados e feiras. Como relatado pelas crianças, muitas delas estão presentes quando seus pais realizam compras. Por isso, para elas o ato de comprar as vezes é compreendido como um momento de entretenimento que substitui até mesmo momentos de brincadeira (MCNEAL; JI, 2003). Ou seja, a criança se diverte enquanto acompanha e presencia seus responsáveis realizando compras. Também foi identificado que durante esses momentos as crianças solicitam a compra de itens que desejam consumir e que esses itens variam de acordo com o ambiente em que estão inseridas. Por exemplo, para a Criança 08 fazer compras no supermercado é um momento de entretenimento e diversão e durante esse momento seu pedido é por itens de alimentos.

Com base nos desenhos coletados durante as entrevistas com as 23 crianças e considerando as categorias de análise para demostrar os itens de consumo que as crianças desejam adquirir, agrupados em: educação; habitação; alimento; vestuário e beleza; eletrônicos; entretenimentos e brinquedos, pode ser observado que as crianças sentem a privação de itens como, vestuário e beleza, que correspondem às roupas que a criança usa, assim como maquiagens, tiaras e bijuterias apontadas pelas meninas. Os eletrônicos estão relacionados à compra de celular, tablet e computador. Por último, a maioria das crianças sente a privação de entretenimento e brinquedos, e como estes são usados como facilitador de interação entre as crianças, gerando uma sensação de privação mais intensa.

Crianças sentem o desejo de consumir esses produtos tanto por prazer pessoal de adquirir um bem, como pela satisfação de fazer parte de uma sociedade de consumo. Sobreviver em sociedade é uma necessidade humana, então desde cedo as crianças já sentem a importância de serem aceitas e consequentemente a necessidade de consumir itens considerados importantes. Outro motivo seria o fato de que a criança em contexto de pobreza relativa tem acesso a itens que são considerados indispensáveis a vida, mas é privada de itens considerados importante na sociedade em que vivem, reforçando uma característica da pobreza relativa e da privação de consumo. Não possuindo itens de consumo considerados importantes por seus pares e que facilitam a socialização e interação, as crianças acabam sendo excluídas de alguns grupos sociais.

5.2 Consequências das Privações de Consumo

Pessoas pobres enfrentam restrições de consumo em decorrência da sua incapacidade de pagar por produtos. As respostas dos consumidores às privações de consumo são consequências negativas que podem ser emocionais e sociais (HILL; STEPHENS, 1997, GUNN; DUNCAN, 1997). As consequências **emocionais** das privações de consumo envolvem sentimentos como vergonha, tristeza, raiva e humilhação (GUNN; DUNCAN, 1997, HILL; STEPHENS, 1997). No contexto da presente pesquisa, a tristeza e a raiva foram os sentimentos mais recorrentes nos discursos das crianças.

> **Eu fico magoada, triste** [...] **quando alguém tem uma coisa que eu não tenho eu acho ruim** [...] (C14).
>
> [...] **já ficou com raiva** [...] mas eu sempre converso com ela, na hora ela fica calada, sem querer conversar, fica fazendo birra para comer, mas depois vai passando o tempo e ela vai se chegando [...] (R05).

O sentimento de raiva em tais situações é compreendido como uma reação das crianças em virtude de suas privações (HILL, 2001a). Esse sentimento, algumas vezes, ocasiona um comportamento agressivo nas crianças para com seu responsável. "**Já fiquei com raiva** [...] **aí eu fiquei xingando ela** eu disse um monte de palavrão com ela, que eu não posso falar pra você (risos) porque foi bem feia as palavras" (C09). Assim como a criança,

seu responsável também sofre consequências negativas das privações, pois os mesmos sentem o fato de não poderem atender os desejos de consumo das mesmas. Dentro dessa ótica, é importante ressaltar que não só as crianças parecem ser vulneráveis às consequências da pobreza, mas seus pais também (DUNCAN; GUNN, 2000).

As crianças pobres sofrem de problemas emocionais e sociais com mais frequência do que as crianças não pobres, tais como ansiedade, isolamento social e depressão que estão associados com a pobreza familiar (GUNN; DUNCAN, 1997). As consequências **sociais** podem ser acentuadas pela exclusão da mesma de grupos sociais em decorrência da falta de consumo. Nesse sentido, Crespo e Gurovitz (2002) consideram que, a incapacidade de participar na vida comunitária leva a uma ruptura das relações sociais. Isso ocorre por que elas acabam não tendo acesso a pré-requisitos importantes para a ascensão social e podem ter a socialização negativamente comprometida.

A exclusão da criança ocasiona solidão e isolamento. A solidão, a alienação e os desentendimentos são descritos como fontes de grande estresse psicológico para a criança (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Isso pode ser exemplificado pelo relato da Responsável 09, cujo filho gosta de ficar sozinho e aparentemente tem dificuldades de fazer amizades.

5.3 Estratégias de Enfrentamento das Privações de Consumo

Para lidarem com as implicações negativas das privações de consumo, os consumidores pobres desenvolvem estratégias emocionais e comportamentais de enfrentamento para sua pobreza relativa (HILL; STEPHENS, 1997).

O método de enfrentamento **emocional** é de natureza psicológica. Os consumidores tentam alterar seu estado emocional, reorientando suas mentes em circunstâncias materiais mais agradáveis ou fantasias de melhores oportunidades de consumo no futuro (HILL, 2002a). Essa situação reflete a mesma encontrada na entrevista da Criança 16, em que ela conta em vários momentos que realizou a compra de itens que não possuía, fato este confirmado por sua responsável (16). Com isso, é possível compreender que a criança idealizou o que gostaria de viver ou possuir durante toda a entrevista, distorcendo a verdade como forma de esconder sua situação de pobreza e privação. Outras crianças corroboram esse comportamento de enfrentamento emocional.

> **Quando eu vou dormir eu fico pensando** que se eu tivesse muitos brinquedos eu ia ter mais amigos porque eles iam pedir para jogar, iam me chamar para ir para a casa deles [...] (C08).
>
> [...] **eu fico pensando eu comprando várias coisas, brinquedos, eu podendo comprar tudo que eu queria** (C23).

Estratégias de enfrentamento **comportamental** estão associadas às atividades legais e ilegais desempenhadas com a finalidade de adquirir o que se deseja. Os responsáveis 01 e 15 indicaram algumas dessas estratégias.

> [...] no aniversário dele (Criança 1) ele queria uma festa e eu não tinha condição de fazer ai eu fui tentar arrumar dinheiro para tentar fazer a festa dele, ai **eu empenhei com um agiota o meu cartão do bolsa família e fiz a festinha** passei vários meses sem meu cartão porque além do dinheiro que eu peguei ainda tinha os juros, mas fiz a festa e chamei os amigos dele (R01).
>
> [...] **para comprar a bicicleta** que te falei fiz muito esforço, **fiz um empréstimo** para comprar essa bicicleta pra ele (Criança 15) [...] (R15).

Jaiswal e Gupta (2015) explicam que consumidores pobres em decorrência de suas habilidades intelectuais limitadas muitas vezes são explorados por agiotas, como foi caso da Responsável 01, que para realizar a festinha de aniversário do filho, conseguiu empréstimo entregando o cartão do bolsa família como forma de garantia pelo pagamento da dívida (Criança 01).

O Quadro 1 mostra as categorias que foram analisadas nessa pesquisa e sua definição.

Quadro 1 – Categorias de pesquisa

Categorias de Pesquisa	Definição
Privações de Consumo na Infância	A privação reflete a insuficiência de saúde, educação e habitação adequada, e bens e serviços considerados indispensáveis à vida em sociedade. As crianças têm acesso ao atendimento à saúde, mas não ocorre de forma satisfatória, como na educação que vão à escola, mas são privadas de atividades extras, como: aulas de música e esportes. Quanto à habitação as casas das famílias tendem a ser danificadas e em localidades periféricas, o que foi confirmado nessa pesquisa. As crianças também conseguem se alimentar e ter acesso a vestuário, mas a alimentação é apenas de itens básicos, como arroz e feijão. E para se vestir contam com a doação de outras pessoas. As crianças também sofrem privação relacionadas ao entretenimento e acesso à diversão.
Implicações das Privações de Consumo	Privações de consumo ocasionam implicações que interferem na vida da criança, que podem ser: emocional, em que a criança sofre reações como vergonha e humilhação; e social, em que a socialização das crianças tende a ser limitada ao contexto familiar e escolar. Crianças são excluídas por não terem itens de consumo considerados indispensáveis na socialização com outras crianças, como por exemplo, brinquedos e eletrônicos.
Estratégias de Enfrentamento das Privações de Consumo	As estratégias de enfrentamento da pobreza são compreendidas como uma mudança de comportamento como a forma de superar as privações de consumo, podem ser: emocional em que pessoas tentam direcionar seu estado emocional, reorientando suas mentes em circunstâncias materiais mais agradáveis ou fantasias de melhores oportunidades de consumo no futuro; e comportamental como desempenhar atividades legais e ilegais com o propósito de adquirir renda ou produtos desejados. As duas estratégias foram encontradas nessa pesquisa.

Assim, essa pesquisa confirma o ciclo da pobreza expresso no pensamento de Hill e Stephens (1997): o consumidor empobrecido sofre as privações de consumo, que ocasionam consequências negativas e em decorrência desenvolvem estratégias de enfrentamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi analisar as privações de consumo infantil no âmbito na pobreza relativa. Ainda foram evidenciadas as implicações e estratégias de enfrentamento das privações de consumo. Nessa pesquisa as crianças apontaram que suas privações de consumo estão relacionadas a vestuário e beleza e eletrônicos, as demais privações são apontadas pelos responsáveis pelas crianças. As crianças percebem e sentem mais a falta desses itens relacionados a entretenimentos e brinquedos por serem eles os facilitadores de socialização entre os grupos. Porém nos aspectos relacionados as demais categorias (saúde, educação, habitação e alimentação) também foram encontradas privações de consumo, ora apontadas pela criança, ora por seu responsável.

As implicações emocionais foram encontradas com maior frequência, uma vez que todas as crianças entrevistadas caracterizaram a privação de consumo como o sentimento de tristeza, vergonha e raiva. Além das crianças, seus responsáveis também apresentaram os mesmos sentimentos em relação à privação de consumo, assim como o sentimento de impotência frente a impossibilidade de atender os apelos das crianças. Com relação às implicações sociais as crianças apontam a exclusão de grupos em virtude da falta de itens considerados facilitadores de socialização. Quando privadas destes bens, as crianças são excluídas dos grupos ou tem dificuldades de conquistar novas amizades, sendo esta a principal implicação social de consumo: exclusão social e consequente isolamento e solidão.

Nesse sentido, foi encontrado como uma forma de estratégia emocional o direcionamento emocional. Nessa pesquisa, as crianças contavam situações de consumo que gostariam de vivenciar. As crianças reorientam suas mentes em situações de consumo mais agradáveis e ainda, idealizam momentos de consumo futuro para que, consigam enfrentar sua

situação de pobreza e dessa forma, omitem a tristeza da realidade que enfrentam em decorrência da pobreza que vivem. Já como estratégias de enfrentamento comportamental foram relatados furtos, sendo que, as crianças relataram terem sido vítimas de roubos ou que teriam acontecido com seus amigos, em nem uma das entrevistas alguma criança afirmou ter praticado o ato.

REFERÊNCIAS

BLOCKER, C. P. (et al.,) Understanding poverty and promoting poverty alleviation through transformative consumer research. **Journal of Business Research**, 66(8), 2013, 1195-1202.

COOK, D. T. Taking exception with the child consumption. **Childhood**, 20(4), 2013, 423-428.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, 1(2), 2002, 1-12.

DUNCAN, G. J.; GUNN, J. B. Family poverty, welfare reform, and child development. **Child Development,** 71(1), 2000, 188-196.

GUNN, J. B.; DUNCAN, G. J. The effects of poverty on children. **The Future of Children**, 7(2), 1997, 55-71.

HILL, R. P.; STEPHENS, D. L. Impoverished consumers and consumer behavior: The case of AFDC Mothers, **Journal of Macromarketing**, 17(2), 1997, 32-48.

HILL, R. P. Consumer culture and the culture of poverty: Implications for marketing theory and practice. **Marketing theory,** 2(3), 2002a, 273-293.

HUSTON, A. C. Children e poverty. Can public polity alleviate the consequences? **Australian Institute of Family Studies**, 87, 2011, 13-26.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014 em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita_2014/Renda_domiciliar_per_capita_2014.pdf>. Acesso em: 05/2015.

JAISWAL, A. K.; GUPTA, S. The influence of marketing on consumption behavior at the bottom of the pyramid. **Journal of Consumer Marketing**, 32(2), 2015, 113-124.

KOTLER, P.; LEE, N. R. **Up and out poverty: the social marketing solution**. Pearson Education, 2009.

LAREAU, A. Social class and the daily lives of children: A study from the United States. **Childhood**, 7(2), 2000, 155-171.

MAYER, B. D.; SULLIVAN, J. X. Identifying the disadvantaged: Official poverty, consumption poverty, and the new supplemental poverty measure. **The Journal of Economic Perspectives**, 26(3), 2012, 111-135.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ROMANELLI, G. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. **Simpósio: transtornos alimentares: anorexia e bulimia nervosas**, 39, 2006, 333-339.

RUCKENSTEIN, M. Time scales of consumption: children, money and transactional orders. **Journal of Consumer Culture**, 10(3), 2010, 383-404.

ULLAH, A. SHAH, M. Vulnerability to deprivation from material and economic resources and social exclusion in children from Pakhtun culture. **European Scientific Journal**, 10(11), 2014, 237- 256.

VALKENBURG, P.; CANTOR, J. The development of a child into a consumer. **Journal of Applied Developmental Psychology**, 22(1), 2001, 61-72.

VINTER, A. How Meaning modifies drawing behavior in children. **Child Development**, 70(1), 1999, 33-49.